

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS



PUC-SP

Giovanna Franco Barros

Descolonizando o trauma: efeitos da ocupação israelense na saúde mental dos palestinos em Gaza.

Trabalho de Conclusão de Curso

São Paulo

2025

GIOVANNA FRANCO

Descolonizando o trauma: efeitos da ocupação israelense na saúde mental dos palestinos em
Gaza.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao departamento de Relações Internacionais da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dra. Natália Félix

AGRADECIMENTOS

Como fica forte uma pessoa quando está segura de ser amada!

Sigmund Freud

Aos meus pais, cujo amor me fortalece para a vida todos os dias. Vocês me encorajam a ser exatamente quem eu quiser ser, com a certeza de que tenho eternamente uma rede de apoio na qual cair se precisar. Quando eu era criança, minha mãe lia a adaptação da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Ruth Rocha para mim e meu pai teve paciência para me ensinar as coisas que eu mais tive dificuldade em aprender (como matemática e dirigir). É clichê, mas não existe verdade maior: sem vocês, nada seria possível.

Felipe, meu irmão 4 anos mais novo. A vida toda me esforcei para ser um bom exemplo para você, mas hoje vejo que quem mais aprende nessa relação sou eu. Te amo e te admiro, Lipinho. Guilherme, meu namorado e melhor amigo, com quem eu tenho a sorte de compartilhar a vida há muitos anos. Obrigada por sempre embarcar nos meus sonhos e apoiá-los sem limites. Eu amo sonhar a vida com você.

Mimo e Naná, as irmãs que a vida me deu, que fazem parte da minha história desde sempre e são parte indissociável de mim. Crescemos compartilhando bonecas, histórias, sonhos e palavras só nossas. Tenho coragem de ser quem sou porque tenho vocês.

Para as mulheres que eu tanto amo, que são alicerce, força e inspiração infinita: Magna, Tatá, Erika, Thayse, Frances e Michele. O amor e apoio de vocês é uma constante na minha vida. Obrigada por tanto.

Ana, Ananda, Carol, Laura e Luísa. Obrigada por tornarem essa trajetória tão especial e obrigada por tornarem São Paulo casa.

Por fim, aos professores e professoras que me instigaram e me incentivaram com suas aulas, críticas e acolhimento. Levo os aprendizados comigo na vida e os tenho como referência.

Um dia se fará a história do sofrimento do povo palestino e ela será um monumento à indignidade e covardia dos povos
(JOSÉ SARAMAGO)

RESUMO

O desejo de elaborar a pesquisa acerca da Palestina vem do entendimento de que a libertação do povo palestino representa a libertação de todos os povos. Assistir em tempo real um regime cruel de ocupação e colonização, em um mundo que se denomina pós-colonial, é questionar a ordem capitalista como um todo. O tema de saúde mental inserido dentro desse contexto de ocupação e de Guerra representa uma ruptura com todo o pensamento sobre trauma ocidental, baseado em concepções muito individualistas.

Diante disso, o principal objetivo do trabalho é descolonizar a análise do trauma, argumentando que o sofrimento psicossocial massivo (evidenciado pela alta prevalência de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático) não é uma reação a eventos isolados, mas a manifestação de um adoecimento coletivo frente a um contexto político. Para tal, a pesquisa propõe e aplica o conceito de Trauma Colonial, que desloca o foco do diagnóstico individual para a violência estrutural e a negação existencial do povo palestino, sobretudo na Faixa de Gaza.

Palavras-chave: Palestina; Trauma Colonial; Colonialismo de assentamento; Fanon; Butler.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CAPÍTULO 1-A Palestina ainda existe?.....	8
3. CAPÍTULO 2- A teoria sobre trauma nas RI	14
4. CAPÍTULO 3- Estudo de caso: Trauma colonial e a ocupação da Faixa de Gaza.....	19
5. CONCLUSÃO.....	25
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

Introdução:

A presente pesquisa busca investigar o impacto da ocupação israelense na saúde mental palestina, com foco na Faixa de Gaza. A urgência e a gravidade deste tema são sublinhadas pela crise humanitária e sanitária que se intensificou drasticamente após o 7 de outubro de 2023: relatórios indicam que cerca de 20% da população de Gaza já sofria de transtornos psicológicos graves, como ansiedade, depressão e Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), mesmo antes da recente escalada do conflito (OMS, 2025). Adicionalmente, a destruição do único hospital psiquiátrico de Gaza ameaça não apenas o bem-estar individual dos pacientes, mas também a saúde psicológica de toda uma comunidade, que vive em estado de síntio contínuo e violência sistemática. Nesse contexto, o foco da presente pesquisa se distancia do diagnóstico individual do TEPT, típico da psicopatologia ocidental, que tende a despoliticizar e individualizar uma condição que é, fundamentalmente, estrutural e política, obscurecendo a natureza crônica da violência. A relevância desse estudo para as Relações Internacionais reside em evidenciar as falhas do sistema internacional em proteger vidas e tecer uma crítica profunda aos contextos de ocupação Israelense/colonialismo de assentamento em que a Palestina vive, tornando o sofrimento psicossocial um sintoma direto da violência colonial.

Para confrontar essa insuficiência analítica, o estudo adota uma abordagem decolonial e mobiliza a literatura sobre trauma colonial para compreender o sofrimento psicológico não como uma patologia individual, mas como um fenômeno resultante direto das políticas de ocupação. O trabalho analisa como o colonialismo por assentamento, caracterizado pela violência física direta e, sobretudo, pela violência estrutural — que se manifesta no bloqueio militar, nas violações de direitos humanos e na exclusão econômica — afeta a psique dos palestinos. Esse quadro analítico é essencial para revelar como as dinâmicas históricas, políticas e sociais moldaram uma condição de vulnerabilidade crônica e de trauma transgeracional em Gaza, um território que a pesquisadora Sara Roy (1997) descreveu como transformado no "Soweto do estado de Israel".

Portanto, o problema central reside na inadequação das categorias tradicionais para compreender o sofrimento em um contexto de colonialismo de assentamento permanente. É reforçado, então, que o sofrimento mental crônico e massivo na Faixa de Gaza é uma patologia política resultante da violência estrutural e da negação existencial, e não apenas uma reação a eventos traumáticos isolados. Para abordar essa falha conceitual e preencher essa lacuna de pesquisa, o objetivo primordial é descolonizar a análise do trauma, propondo e aplicando o conceito de *trauma colonial* como uma categoria de análise psicopolítica. A metodologia

empregada é baseada na revisão crítica da literatura decolonial, psicanalítica e de Relações Internacionais, complementada pela análise de relatórios documentais e estudos epidemiológicos sobre a saúde mental em Gaza.

Com o intuito de decifrar os mecanismos de sujeição, desumanização e aprisionamento inerentes à experiência colonial, a pesquisa utilizará um diálogo teórico crucial entre a teoria política e o estudo de trauma decolonial. O trabalho de Frantz Fanon fornece o alicerce para a compreensão da patologia política, ao vincular indissociavelmente o sofrimento psíquico à estrutura de poder colonial e à alienação existencial (FANON, 1952). Esse arcabouço é complementado pela analítica de Judith Butler, que provê o mecanismo psicanalítico para desvelar como a violência estrutural é internalizada.

Dessa forma, o estudo divide-se em três capítulos. Inicialmente, o Capítulo 1, intitulado “*A Palestina ainda existe?*”, estabelece o contexto político da negação existencial, recorrendo às teorias de Edward Said sobre a "Questão Palestina" para fundamentar a violência colonial como o apagamento sistemático da presença e da soberania palestina. Na sequência, o Capítulo 2, “*A teoria sobre trauma nas Relações Internacionais*”, consolida o quadro teórico, apresentando a crítica a teoria ocidental sobre trauma e desenvolvendo o conceito de trauma colonial através da articulação conceitual entre Fanon e Butler. Posteriormente, o Capítulo 3, “*Estudo de caso: Trauma colonial e a ocupação da Faixa de Gaza*”, aplica o quadro teórico ao cenário empírico, interpretando os dados sobre a crise de saúde mental à luz das lentes mobilizadas, demonstrando que o trauma em Gaza é o resultado direto da violência estrutural da ocupação. Por fim, a conclusão retoma a tese central, sintetiza os achados e discute a contribuição teórica deste trabalho para as Relações Internacionais, ressaltando a urgência de uma resposta política para o sofrimento palestino.

Ao conectar as macroestruturas do colonialismo por assentamento aos efeitos na saúde mental, esta pesquisa visa contribuir para a reflexão acadêmica e humanitária sobre os efeitos duradouros do colonialismo na saúde mental e nos direitos humanos da população palestina.

1. A Palestina ainda existe?

Em *A Questão Palestina*, Edward Said (2001, p. 2) afirma que “*hoje, a Palestina não existe, exceto como uma reminiscência ou, mais fundamentalmente, como uma ideia, uma experiência política e humana e um ato de persistente vontade popular*”. Sabe-se, no entanto,

que a Palestina existiu como uma espécie de entidade até 1948, ou seja, até que a existência de Israel resultasse em sua erradicação.

Em uma retrospectiva histórica, apesar de surgir um fluxo regular de colonos judeus para a Palestina a partir de 1882, até nas semanas imediatamente anteriores à criação do Estado de Israel, em 1948, só havia uma maioria expressa árabe lá. Numericamente, em 1931, a população judaica era de 174.606 pessoas entre um total de 1.033.314; em 1936, subiu para 384.078 entre 1.366.692; e em 1946 eles eram 608.225 numa população total de 1.912.112.7 (SAID, 2001). Era uma Palestina em que todos falavam árabe, eram muçulmanos sunitas em sua maioria, e conviviam com algumas minorias que também falavam árabe. Aproximadamente 65% da população constituía um povo agrícola, que se dividia em torno de 500 aldeias e praticava o cultivo de grãos, frutas e vegetais. As principais cidades palestinas, como Nablus, Jerusalém e Nazaré, foram construídas em grande parte por árabe-palestinos, que continuaram na região mesmo após as colônias sionistas invadirem e se estenderem para as cercanias. Said relata:

Também havia uma classe intelectual e profissional palestina respeitável, uma atividade industrial incipiente e uma consciência nacional altamente desenvolvida. A vida social, econômica e cultural da Palestina moderna organizava-se em torno das mesmas questões a respeito da independência e do anticolonialismo predominantes na região, exceto que, no caso dos palestinos, o legado otomano, o colonialismo sionista e a autoridade britânica (após a Primeira Guerra Mundial) tiveram de ser combatidos mais ou menos ao mesmo tempo. (SAID, 2001. p.15)

Nesse sentido, o planejamento sionista para Palestina, que veio com a Primeira Guerra Mundial, surgiu junto à uma ideia de que Israel deveria se erguer sobre as ruínas da Palestina árabe, um pensamento expressado de forma cautelosa e aliada à concepção de colonialismo de reconstrução, que naquele momento era crucial para o alto imperialismo europeu. Posteriormente, em 18 de julho de 1917, quando lorde Rothschild se correspondeu com o governo britânico na fase preparatória do anúncio da Declaração de Balfour era tratado do “princípio de que a Palestina deve ser reconstituída como a pátria do povo judeu” (1917). Assim, as afirmações da Declaração Balfour transformam em incontestável o direito absoluto de uma potência colonial dispor de um território da maneira que considerar conveniente (SAID, 2001).

Para Said (2001), a própria utilização do termo “reconstituição” da Palestina não é em vão, pois pressupõe indubitavelmente que a Palestina, que abrigava centenas de milhares de árabes, precisava ter sua configuração vigente desconstruída (ainda que um método para essa dissolução nunca tenha sido estabelecido formalmente). O objetivo dessa desmantelação era claro: a emergência de um novo Estado judeu em seu lugar, ignorando convenientemente que o

país já possuía uma estrutura e que seus residentes não desejavam ser “reconstituídos” por uma nova potência colonizadora. Contudo, é fato que as declarações cumpriram sua promessa e um Estado judeu se ergueu sobre a Palestina.

Nesse sentido, todos os projetos que tiveram como objetivo transformar a Palestina (sobretudo o sionismo) utilizam de uma tática em comum: racionalizar a negação da realidade palestina de forma a invocar uma missão considerada “superior”. Essa suposta superioridade, seja por ser considerada mais digna, moderna ou adequada para o Ocidente, serve como uma justificativa para que a existência dos habitantes nativos da Palestina não seja sequer considerada. Isso permite que esses proponentes ajam como se a terra lhes pertencesse por direito (SAID, 2001).

Em fevereiro de 1947, após revoltas significativas e o bombardeio da sede britânica em Jerusalém, em julho de 1946, a Inglaterra reconhece ter perdido o controle da situação na Palestina e remete a questão para a ONU, de forma que a organização faz uma proposta de repartição do território palestino. Nesse momento, o comitê internacional descobre que os judeus ainda eram uma minoria considerável, representando apenas um terço da população e possuindo 6% do total da terra na Palestina; ao mesmo tempo, cria-se um dilema, pois é percebido um senso de urgência quando à deterioração das condições na Palestina e à situação dos refugiados judeus pela Europa (UNSCOP, 1947). Assim, no relatório à Assembleia Geral, a *United Nations Special Committee on Palestine* (UNSCOP) recomendou de forma unânime o término do mandato britânico e a independência à Palestina no modelo conhecido como solução de dois Estados (um árabe e um judeu).

Em 1948, se estabelece a Primeira Guerra Árabe-Israelense. Até 1949, cada um dos países árabes participantes assinou acordos de armistício com Israel, que instituíram uma estabilização das fronteiras do cessar-fogo, ainda que não fossem definitivas. Assim, esses acordos não significam reconhecimento de Israel por parte dos signatários e tampouco eram tratados de paz. A criação do Estado de Israel no mesmo ano estabelece, então, o fim de um estado árabe-palestino e coloca em situação de refúgio as mais de 700.000 pessoas que habitavam o território naquele momento.

Portanto, a criação do Estado de Israel, em 1948, marca o início de um ciclo de violência e deslocamento forçado que ainda persiste. Após a Primeira Guerra Árabe-Israelense, o território foi dividido em três partes: o Estado de Israel, a Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Se estabelece então a *Nakba*, ou "catástrofe", que se refere à expulsão em massa dos palestinos de suas terras e à violência sistemática que se seguiu, criando um contexto de ocupação violenta e ilegal que ainda perdura, com impactos profundos sobre a população palestina, especialmente

na Faixa de Gaza (OLIVEIRA et al., 2024). Esse processo de colonialismo por assentamento tem se manifestado de formas violentas e contínuas, como bombardeios, massacres, demolições de casas, roubo de terras, e a implementação de leis racistas que restringem os direitos fundamentais dos palestinos. Salamanca et al. (2012) destacam que, sob a ótica do colonialismo por povoamento, a *Nakba* de 1948 não deve ser vista como um evento singular ou uma mera precondição para a criação de Israel, mas como um fenômeno manifestado hoje na contínua sujeição dos palestinos pelos israelenses. Essas políticas — que incluem bombardeamentos, massacres, demolições de casas, roubo de terras, leis racistas, e o eufemismo sionista para a expulsão, o "transfer" — são consideradas manifestações de uma estrutura colonial subjacente.

É reforçada, portanto, a tese apresentada por Said (2001) que porção significativa da história da Palestina é marcada pela negação rigorosa de seu povo pelos sionistas e que, para justificar a ocupação de uma terra com uma grande população nativa, os sionistas primeiro se convenceram de que os árabes "não existiam" e, posteriormente, que sua presença era "rarefeita". Essa lógica se manifestou numa política complexa de obstrução, diminuição, silenciamento e confinamento dos árabes, o que engloba a política de Israel em relação às colônias árabes e às forças de ocupação na Cisjordânia e em Gaza após 1967. Contudo, é importante ressaltar que essa atitude de desconsiderar nativos não é oriunda do sionismo e da Declaração Balfour, como Said afirma:

Ambas as visões fazem parte do ethos de uma mission civilisatrice europeia – do século XIX, colonialista, racista – baseada em noções de desigualdade entre homens, raças e civilizações, uma desigualdade que permite as formas mais extremas de projeção de grandeza e de disciplina punitiva contra os desafortunados nativos, cuja existência, paradoxalmente, era negada. (SAID, 2001, p. 21).

Nesse sentido, após os acordos de armistício, em 1949, Israel consolida seu projeto sionista, ganhando cerca de 85% do território palestino. A parte remanescente ficou sob controle da Jordânia e Gaza, sob controle egípcio. Essa expropriação marcou o fim da Palestina enquanto uma entidade territorial, transformando-a, conforme Said, em uma reminiscência, ou ideia de vontade popular em resposta à negação de sua própria existência. Estabelece-se, portanto, o sonho político árabe-palestino do "Retorno" às suas terras – direito que é inclusive respaldado pela *Resolução 194* da ONU – que se torna o combustível central de sua luta política.

Contudo, a Guerra dos Seis Dias, em 1967, marcou o início de uma segunda fase da resistência Palestina. Após a derrota, o movimento reconheceu a incapacidade dos árabes de garantir seu retorno e impulsionou a *Organização para Libertação Palestina* (OLP) a compensar o desempenho dos exércitos árabes (NASSAR, 1997). Durante os seis dias, Israel quadruplicou seu tamanho e passou a ocupar o restante da Palestina, inclusive Jerusalém,

Cisjordânia e Gaza, além de territórios da vizinhança árabe. É construída, então, uma nova identidade do movimento político palestino, mais independente do nacionalismo árabe tradicional, deslocando o foco da nostalgia do lar perdido para a afirmação e manutenção da identidade palestina. Essa ênfase foi fundamental, pois reafirma a existência palestina frente a um sistema baseado em sua negação.

A persistência dessa luta é destacada por Said:

A julgar pelo grande apelo popular e pela legitimidade da OLP, pela constante resistência e desobediência às leis militares israelenses nos territórios ocupados, pelas manifestações diárias, pelas greves e pelos atos políticos de resistência por lá e entre os árabes dentro da Israel de 1967, por todas as organizações privadas e de massa criadas por e para os palestinos, está mais do que claro que, considerados juntos, como membros de uma comunidade cuja experiência em comum é a expropriação, o exílio e a privação de qualquer território pátrio, o povo palestino não se conforma com sua sin. Ao contrário, os palestinos têm insistido em seu direito de retornar, em seu desejo de exercer sua autodeterminação e em sua obstinada oposição ao sionismo pelo modo como ele os afetou (SAID, 2001, p. 44)

Dessa forma, a ascensão da OLP no fim da década de 1960 foi impulsionada pela Guerra de 1967 e pela necessidade de os palestinos buscarem uma agência política autônoma. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, sob a liderança de Yasser Arafat, houve uma transformação do movimento, que passou de um movimento de libertação a um movimento de independência nacional. A OLP então passou a entrar em contato com esferas de influência regionais (no Golfo Pérsico) e internacionais, como outros movimentos de independência do chamado Terceiro Mundo (SAID, 2001). Paralelamente, na Cisjordânia e especialmente em Gaza, era proibido mencionar a Palestina ou exibir sua bandeira, que era apelidada de 'bandeira da OLP' por comentaristas estadunidenses, embora ela fosse muito anterior à criação da organização (SAID, 2001).

Sob esse ângulo, Sara Roy (1997) descreve Gaza, particularmente, como “entidade artificial com uma das densidades populacionais mais altas do mundo” (1.451 pessoas por quilômetro quadrado em 1988). Quando Gaza caiu sob a ocupação militar israelense em 1967, mais de 500.000 pessoas habitavam a região e quase 74% eram refugiados da Guerra de 1948. Ainda, quase 50% da população tinha menos de 14 anos. Nesse sentido, desde 1967, Israel adquiriu cerca de um terço da terra (aproximadamente 28.750 acres) e parte dessa terra foi usada para construir 18 assentamentos judeus. A desapropriação de terras privou a população palestina de uma parte significativa de sua base econômica produtiva, limitando sua capacidade de expansão física e causando intensa dependência econômica.

Ainda, o regime da ocupação em Gaza implementou algumas políticas rigorosas que culminaram na desintegração econômica e em uma intensa dependência em relação a Israel. No setor primário, a produção tradicional palestina foi sufocada por Israel, que impôs severas

restrições de exportação aos cítricos e limitou a produção de vegetais aos mercados locais (onde não haveria concorrência com produtos israelenses subsidiados) e causou um declínio de 59% na atividade de pesca entre 1968 e 1984 por meio de restrições militares. Paralelamente, o setor industrial foi propositalmente subdesenvolvido e restrito a pequenas indústrias artesanais e à subcontratação para Israel (ROY, 1997). Embora essa subcontratação gerasse algum nível de empregabilidade em áreas como têxteis, ela impede o crescimento de uma base industrial autônoma e perpetua a fragilidade econômica de Gaza.

Além disso, essa subordinação foi consolidada pela dependência da força de trabalho palestina e pela integração fiscal. As políticas israelenses promoveram incentivos ao emprego palestino em Israel, de modo que 45% da força de trabalho de Gaza foi empregada fora do território já em 1985. No entanto, esses trabalhadores, que eram majoritariamente não qualificados, recebiam salários baixos (embora até os qualificados recebessem esses mesmos salários), cerca de 40% da média israelenses e sendo excluídos de benefícios sindicais. Dessa forma, Gaza acumulou desde o princípio da ocupação um déficit comercial significativo quase inteiramente com Israel, déficit que, paradoxalmente, era coberto pelos salários dos trabalhadores e pelo Keren Hanikuyim, um fundo composto pelos impostos e contribuições de segurança social retidos por Israel dos salários dos próprios trabalhadores palestinos. Portanto, desde o estabelecimento da ocupação, Gaza foi financiada por suas próprias receitas fiscais recolhidas e geridas por Israel, garantindo que a integração e a vulnerabilidade econômica se mantivessem, cenário que só se agravou com o passar dos anos (ROY, 1997).

Por fim, é imperativo estabelecer que o conceito de negação existencial, fundamental para compreender a questão palestina (SAID, 2001), estende-se inevitavelmente para o domínio da morte e do luto. O projeto colonial de assentamento, ao tentar apagar a presença do povo original e de sua pátria, não se limita à violência contra a vida; ele se manifesta com a mesma brutalidade na interrupção dos ritos fúnebres e na profanação dos espaços de sepultura. Conforme argumentado por Shalhoub-Kevorkian no artigo *“Human suffering in colonial contexts: reflections from Palestine”* (2014), a colonização transforma o processo de luto em uma arena de disputa política, onde o controle sobre os corpos, os cemitérios e a memória passam a ser um instrumento ativo de dominação. Dessa forma, a incapacidade de realizar o luto de forma completa e digna é a consequência da negação existencial (SAID, 2001): se a vida do palestino é desautorizada, seu direito a uma despedida e a um descanso em sua terra também é.

Essa violência ativa contra o ritual de luto demonstra que o sofrimento não é uma mera reação individual à perda, mas uma patologia de natureza estrutural (SHALHOU-

KEVORKIAN, 2014). Ao impor restrições de deslocamento para funerais, proibir a identificação de corpos e controlar o acesso aos cemitérios históricos, o regime colonial garante que o trauma não seja elaborado, mas sim perpetuado e cronicizado na comunidade. A dor da perda torna-se inseparável da humilhação política, reforçando a condição de "presente-ausente" e a categorização do palestino como um não-sujeito cuja morte carece de reconhecimento. Nesse contexto, o sofrimento é menos um transtorno psicológico individual e mais um sintoma coletivo da opressão política, que a literatura psicológica do trauma, focada no indivíduo, falha em capturar (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2014).

A irresolução política impõe sobre a dor coletiva torna imperativo um novo enquadramento teórico, cuja finalidade é desviar a análise do trauma de seus eventos singulares e reorientá-la para a condição estrutural e permanente da violência. O luto palestino, boicotado em sua dimensão mais elementar, se converte em uma dor que não encontra término nem elaboração social (SHALHOUB-KEVORKIAN, 2014).

2. A teoria sobre trauma nas Relações Internacionais

Embora o conceito de trauma seja explorado desde o século XIX, as discussões sobre trauma em Relações Internacionais são recentes. Esse conceito, quando formulado pela psicanálise freudiana, tinha como objetivo explicar e tratar casos neuróticos e histéricos em psiquiatria e psicologia. Sua aplicação no tratamento de soldados e vítimas da Primeira e Segunda Guerra Mundial contribuiu para a consolidação do estudo de eventos traumáticos, que transformou o Holocausto em uma referência e um momento considerado fundador do campo (ANDERMAHR, 2015). A intrínseca relação entre essas experiências e a política foi evidenciada ao lidar com pessoas enredadas nos conflitos, guerras e genocídios induzidos por imaginários de soberania, nacionalismo e supremacia branca, levando à introdução do conceito de trauma nas Relações Internacionais.

Historicamente, a concepção do trauma concentra-se em uma resposta a um evento ou experiência que provoca um choque tão significativo que não pode ser assimilado, interpretado ou significado pelo sujeito, desafiando a linguagem e a representação (CRAPS, 2013). Estabelece-se, assim, uma desestabilização representacional, na qual uma temporalidade não linear resgata o trauma reprimido através de projeções de memória, como alucinações. Dada essa natureza retrospectiva, o traumático, conforme argumenta Jenny Edkins (2003) em *Trauma and the Memory of Politics*, deve ser entendido como um fenômeno com dimensões políticas

que está em constante rearticulação e disputa internacional, mediado por práticas de memorização, esquecimento e silenciamento. Desse modo, o trauma se relaciona diretamente com a esfera sociopolítica, pois não é concebido à parte do espaço e contexto em que está localizado, onde as ideias predominantes de soberania e nacionalismo exercem efeitos hegemônicos para conter e apagar a ruptura traumática (ANDERMAHR, 2015).

Sob esse ângulo, a literatura de trauma tem demonstrado um descaso com as experiências advindas de contextos e tradições de pensamento não ocidentais (CRAPS, 2013). Não há, portanto, preocupação com a complexidade dos traumas criados por projetos coloniais e imperiais do "Ocidente", especialmente da Europa e dos Estados Unidos, o que leva à universalização de suas concepções. Tampouco se aborda a cumplicidade das epistemologias ocidentais em esconder seu papel na reprodução desses processos traumáticos. A preponderância de certos eventos, como o ataque terrorista de 11 de setembro e o Holocausto, acaba por ofuscar outras perspectivas sobre a violência e o terror que permeiam milhões de vidas, permitindo a manutenção de um eurocentrismo velado. Este ocidentalismo, por sua vez, esconde traumas coloniais e subjuga a memória para sustentar a hegemonia do pensamento ocidental (ANDERMAHR, 2015).

Evidencia-se, assim, que as Relações Internacionais, assim como a maioria das disciplinas ocidentais, possuem uma relação co-constitutiva com projetos coloniais e imperiais europeus, sendo essa origem propositalmente silenciada e esquecida. Através dessa lógica, a visão do *Outro* é constituída apenas pelos olhos do Ocidente, cujas perspectivas se baseiam em disciplinas focadas, implícita ou explicitamente, na imposição e universalização dos modos de pensamento ocidentais como a única lente interpretativa válida. Esse funcionamento reflete uma série de relações de poder, a partir das quais ideias de inferioridade, hierarquia, exclusão e marginalização foram violentamente internalizadas em sociedades não ocidentais, conectando-as a um projeto maior de manter o Ocidente como o sujeito da modernidade e seus interesses como dominantes (ANDERMAHR, 2015).

O modelo disciplinar ocidental resultou na formação de epistemologias específicas e autorreferenciais, criadas com o objetivo de subjugar outras formas de vida. Pelo apagamento de alternativas ao *modus operandi* colonizador, os povos colonizados foram objetificados, racializados e generificados ao serem rotulados (sob o propósito colonizador) como atrasados cultural e tecnologicamente, selvagens e irracionais. No contexto do colonialismo e imperialismo, essas sociedades se tornaram laboratórios de pesquisa europeus, tendo seu conhecimento apropriado e, simultaneamente, seu povo silenciado, visto como sem força vital, sem humanidade, sem espírito próprio, incapaz de contribuir para a ciência que os explora

(ANDERMAHR, 2015). Assim, as ciências ocidentais são cúmplices na propagação e produção de ideias, paradigmas e teorias sobre e para povos colonizados e indígenas em uma relação hierárquica de dominação.

Assim, a conceituação da categoria de traumático traz a memória do silenciamento e apagamento físico, cultural e epistemológico do colonialismo e seus efeitos. Ao mesmo tempo, o conhecimento e os modos de vida não ocidentais são excluídos pela própria violência que o conceito de trauma tenta explicar universalmente. Esse processo é um constituinte de projetos coloniais e imperiais, tanto no sentido epistemológico da destruição de outras formas de pensamento quanto no de um meio explicativo e uma "solução" para a loucura, histeria e neurose consideradas intrínsecas ao indígena primitivo (ANDERMAHR, 2015).

Nesse sentido, em seu artigo "*Decolonizing Trauma Theory: Retrospect and Prospects*" (2015), Irene Visser elabora sobre a importância da narrativa na descolonização do trauma. Para ela, isso representa o afastamento da teoria clássica, que postulava o trauma como inexpressível, incognoscível e que a tentativa de expressão verbal seria uma afronta à compreensão. Dessa forma, a teoria pós-colonial adota a narrativa como uma força empoderadora, curativa e vital para a sobrevivência cultural e para a recuperação da agência histórica do colonizado. Nessa lógica, a oralidade é vista como um modo narrativo vital, que fornece uma linguagem para articular um novo modo de pertencimento, conduzindo a comunidade para fora do passado traumático e da colonização. A autora afirma:

Narrativization is empowering to individuals and their communities and is in fact crucial to cultural survival. Grace's novel Baby No-Eyes [20] represents the narration of traumatic memories by the metaphor of unwinding bandages, which, once they have been removed, reveal a core of selfhood; the traumatic event has not invaded this central, authentic sense of self, but has accumulated around it through years of repression, and of compliance with hegemonic, colonialist ways of thinking. (Visser, 2015, p. 259).

Dessa forma, na tentativa de apontar as relações entre trauma, memória, política e conceitos prevalentes na disciplina, como soberania, não há questionamento do caráter constitutivo que o colonialismo e o imperialismo têm nas Relações Internacionais e nos quadros teórico-conceituais que a análise do trauma emprega. Isso gera um vazio epistemológico que empurra novos trabalhos para o fortalecimento do conhecimento ocidental e seu autoproclamado universalismo.

Críticas recentes indicaram o silenciamento que uma ideia de trauma focada em eventos, crises singulares com temporalidades e espaços bem definidos, provoca em relação a experiências tão violentas e disruptivas quanto guerras, genocídios e catástrofes ambientais, mas com um caráter opressivo comum, cotidiano e latente (CRAPS, 2013). Dessa forma, o

trauma colonial impõe às pessoas um estado de desumanização e tornadas incompatíveis com a construção masculina branca ocidental através de uma experiência de dor intensa. Para Grada Kilomba, em seu livro *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano* (2010), cuja análise tem como enfoque a experiência negra, o racismo cotidiano não é um único evento violento na biografia individual de alguém, mas sim uma acumulação de eventos violentos que ao mesmo tempo revelam um padrão histórico de abuso racial envolvendo não apenas os horrores da violência racista, mas também as memórias coletivas do trauma colonial (Kilomba, 2010). Ela escreve:

A ideia de “esquecer” o passado torna-se, de fato, inatingível; pois cotidiana e abruptamente, como um choque alarmante, ficamos presas/os a cenas que evocam o passado, mas que, na verdade, são parte de um presente irracional. Essa configuração entre passado e presente é capaz de retratar a irracionalidade do racismo cotidiano como traumática (KILOMBA, p. 213, 2019).

Sob essa ótica, a autora desvenda a persistência do passado colonial na vida contemporânea, estabelecendo uma conexão visceral entre o trauma colonial histórico e a experiência cotidiana do trauma individual vivenciado pelo sujeito. Sua análise se estrutura em torno de três categorias distintas de impacto traumático inerentes ao racismo diário: o choque violento, a separação e a atemporalidade.

A primeira manifestação, o choque violento, reside no paradoxo de que a opressão racial é, ao mesmo tempo, esperada e profundamente surpreendente. Embora o sujeito antecipe a violência do racismo, sua manifestação concreta é recebida com um abalo psíquico inesperado, pois a intensidade dessa experiência é inassimilável. Isso ocorre porque o racismo nunca é um evento isolado, mas uma teia de episódios que reproduzem o trauma de uma história colonial coletiva (KILOMBA, 2019). Em seguida, a separação emerge como a perda e o isolamento resultantes da fissura entre o sujeito negro e o tecido social circundante. É uma alusão à fratura identitária e ao deslocamento, ecoando o momento descrito por Fanon (1961) em que o indivíduo é violentamente compelido a se transformar em objeto.

Por fim, a terceira categoria é a atemporalidade, o mecanismo pelo qual a agressão racial cotidiana age como um portal, expulsando o sujeito do presente e arremessando-o para uma cena de violência colonial anterior. Os mecanismos traumáticos são tão profundos que uma ofensa presenciada no "aqui" parece ter ocorrido "naquela época", evidenciando que o passado está ativo. O racismo, portanto, não é meramente um preconceito, mas uma contínua tentativa de colonização do ser. Em essência, o racismo cotidiano é um ato traumático que invoca e reencena o passado colonial, fazendo do colonialismo uma realidade presente, de forma que a

autora afirma: “Parece que tudo ao meu redor era, e ainda é, colonialismo.” (KILOMBA, p. 66, 2010).

Portanto, a análise do trauma nas RI exige um deslocamento conceitual em relação às abordagens puramente psicológicas e individualizantes, típicas do modelo de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT). Em contextos de violência estrutural e ocupação persistente, o trauma deve ser observado como uma patologia política e social inerente à própria estrutura de poder (ANDERMAHR, 2015).

Nesse sentido, a obra de Frantz Fanon constitui uma importante base para a compreensão do trauma colonial, ao vincular indissociavelmente o sofrimento psíquico à estrutura de poder. O trauma reside na alienação existencial, onde o colonizado é confinado à "zona do não-ser" (FANON, 1952) e essa violência é tão profunda que se torna internalizada—inscrita no corpo e na consciência do colonizado — gerando patologias que são a manifestação de uma crise política. Fanon, portanto, propõe o reconhecimento do trauma como um efeito político e uma patologia estrutural de um regime de desumanização.

Por sua vez, o pensamento de Fanon é complementado pela análise de Judith Butler, que provê o mecanismo para desvelar como a violência estrutural é internalizada, convertendo-se em sofrimento crônico. Em *A Vida Psíquica do Poder* (1997), Butler examina o paradoxo da sujeição ao argumentar que o poder não se restringe à repressão, mas é a própria condição de possibilidade para a formação do sujeito (BUTLER, 1997). Essa sujeição, exige que o indivíduo se volte para o poder que o constitui. A negação da identidade, que Fanon descreve, é identificada por Butler como a proibição social que, ao ser internalizada, molda a autoconsciência do sujeito em torno dessa perda constitutiva. A perda da pátria e da soberania, por exemplo, torna-se um luto impossível, o que Butler associa à melancolia social, conferindo ao trauma uma dimensão crônica e coletiva (BUTLER, 1997). Assim, a convergência entre Butler e Fanon reside na compreensão da duplidade do assujeitamento, ou seja, no processo pelo qual o indivíduo é, concomitantemente, constituído e oprimido pelo poder (SILVA, 2023).

Portanto, Fanon, ao fornecer a fonte estrutural e política do trauma, e Butler, ao detalhar o mecanismo psíquico pelo qual essa violência é internalizada (SILVA, 2023), compõem uma articulação teórica fundamental para a compreensão do sofrimento mental em Gaza não como um mero subproduto da guerra, mas como a manifestação da violência internalizada e da sujeição existencial que o sistema de ocupação impõe à psique palestina.

3. Estudo de caso: Trauma colonial e a ocupação da Faixa de Gaza

A crítica à universalidade do trauma exige a mobilização de epistemologias decoloniais capazes de compreender o sofrimento causado pelo colonialismo de assentamento em sua totalidade, ou seja, para além de um evento singular e reconhecendo a violência estrutural e cotidiana como matriz fundamental do trauma. Sob essa ótica, a conceituação tradicional do traumático tende a reproduzir o silenciamento e o apagamento físico, cultural e epistemológico inerente ao colonialismo, ao mesmo tempo que exclui o conhecimento e os modos de vida não ocidentais que o próprio conceito se propõe a explicar universalmente. Esse processo é constitutivo de projetos coloniais e imperiais, atuando tanto no sentido epistemológico da destruição de outras formas de pensamento quanto na sua função de explicar a neurose e a histeria como intrínsecas ao "nativo primitivo". A fim de desmantelar essa estrutura, as abordagens teóricas como as desenvolvidas por Fanon e Butler, reforçadas a seguir, oferecem ferramentas cruciais para reorientar a análise do sofrimento, focando na agência de resistência e na continuidade da violência colonial como fenômeno psicopolítico.

A análise da “Questão Palestina” se beneficia grandemente das teorias de Frantz Fanon, que dissertam sobre a alienação e a desumanização como elementos centrais da experiência colonial. Conforme supracitado, Fanon argumenta que o colonialismo não se restringe à exploração política e econômica, mas também impõe uma violência psicológica que destrói a identidade e o senso de humanidade do colonizado. A alienação, nesse sentido, manifesta-se na perda da cultura original, na internalização da inferioridade e na constante sensação de não pertencimento.

Frantz Fanon oferece contribuições fundamentais para a compreensão dos efeitos psíquicos do colonialismo, especialmente em suas obras *Pele negra, máscaras brancas* (1952) e *Os condenados da Terra* (1961). Em ambas, o autor analisa os mecanismos de dominação colonial e a constituição da subjetividade do colonizado, com especial atenção à experiência da negritude. Fanon argumenta que, nas sociedades coloniais, os sujeitos nativos são relegados à condição de “não-ser”, o que os leva a buscar o embranquecimento de seus comportamentos, linguagem e vínculos sociais, na tentativa de se aproximarem de um ideal associado ao colonizador. Ainda que o foco de sua obra seja na experiência negra, Fanon tece uma crítica profunda da colonialidade como estrutura de poder que desfigura o psiquismo do colonizado. Nesse sentido, Fanon enfatiza a necessidade de uma ruptura com o olhar centrado na metrópole e na constante busca de reconhecimento pelo colonizador, identificando nesse movimento uma

forma de alienação que impede a autorrealização do sujeito colonizado em seus próprios termos (FANON, 1961).

Nascido em 1925 na ilha da Martinica, então sob domínio colonial francês, Franz Fanon foi educado segundo os valores culturais da metrópole. Desde cedo, percebeu que a ordem colonial impunha uma ruptura com sua língua, sua cultura e sua identidade insular, promovendo um processo sistemático de alienação. Em sua obra, Fanon denuncia o modo como o sistema colonial impõe uma “afirmação desenfreada de uma singularidade admitida como absoluta” (FANON, 2008, p. 30), que desumaniza o colonizado e o reduz à condição de subalternidade extrema, muitas vezes comparado a um animal. Nesse contexto, os valores ocidentais e brancos são apresentados como paradigma civilizatório, e a cultura nativa é desqualificada como expressão de incivilidade. A superação dessa lógica, para Fanon, exige a rejeição radical do domínio estrangeiro e a expulsão do colonizador, como condição necessária para a reconstrução da dignidade, da autonomia e da subjetividade do povo colonizado (FILHO, 2017).

Ademais, para o autor, a culpa constantemente sentida pelo colonizado, a sensação de inferiorização à qual está submetido e a narrativa histórica contada sempre sob a perspectiva dos vencedores são elementos que impulsionam a necessidade de luta pela libertação. A superação da condição colonial não se impõe apenas por meio de transformações materiais, mas também através de um processo de reconstrução simbólica e subjetiva, que rompe com os mecanismos de dominação internalizados ao longo da colonização (FILHO, 2017). Desse modo, a descolonização, para Fanon, é necessariamente um processo violento e radical, pois não se trata apenas de uma transferência de poder, mas da negação de toda uma estrutura que define o colonizado como subalterno.

Sob essa perspectiva, observa-se que a população palestina é diretamente impactada pelas dinâmicas coloniais impostas pela ocupação israelense. A experiência de viver sob ocupação militar, com mobilidade restrita, vigilância constante e segregação física e econômica, revela paralelos nítidos com as análises fanonianas. A sensação de "prisão a céu aberto", frequentemente relatada por palestinos que vivem em Gaza e na Cisjordânia ocupada, ecoa os efeitos psíquicos e existenciais da alienação colonial descrita por Fanon. Assim, a experiência palestina pode ser compreendida como uma expressão contemporânea da colonização, evidenciando a atualidade das reflexões fanonianas sobre a alienação, a dominação e a urgência da descolonização como caminho para a recuperação da dignidade e da soberania dos povos oprimidos (SACCOL, 2015).

Nesse sentido, David Lloyd, em seu artigo *“Settler Colonialism and the State of Exception: The Example of Palestine/Israel”* (2012), afirma que um dos maiores sucessos do

Estado sionista foi atrelar a imagem da Palestina a Israel. Assim, se torna uma tarefa impossível pensar na Palestina “por si só”. Ele afirma:

I was trying to think Palestine, Palestine for itself, ‘itself alone’, as the Irish say. But instead, I found myself thinking, and writing, ‘Palestine/Israel’, as if Palestine cannot be thought of and by itself. This gesture is one that proponents of Zionism have succeeded in imposing as a condition for even thinking about Palestine: it cannot be thought, rather, may not be thought, as an autonomous sovereign entity, giving the law to itself. Palestinian nationality, Palestinian statehood, if they can be contemplated at all, can only be proposed by permission of Israel and its patrons. To think or speak of Palestine as one would of any other nation, on its own terms and without obligatory reference to another, is ruled out. By the same token, one can equally think of virtually any nation in relation to another without denying either’s sovereignty. Except in the case of Palestine. (LLOYD, p. 59., 2012).

Dessa forma, o autor denuncia uma estrutura discursiva colonial imposta, em que a Palestina só pode existir no imaginário ocidental como apêndice de Israel, uma construção típica do colonialismo: negar ao colonizado sua existência autônoma. De forma semelhante, Fanon (1952) trata da colonização não apenas como dominação física, mas epistemológica e psíquica. A frase “não pode ser pensada por si mesma” descreve uma alienação ontológica: o colonizado só é concebido em relação ao colonizador, nunca como sujeito pleno.

Portanto, a impossibilidade de imaginar a Palestina “sozinha” é uma forma de violência simbólica, que afeta profundamente a subjetividade palestina: ser constantemente narrado em relação ao outro (Israel), e nunca como sujeito soberano, produz alienação existencial e política, uma forma de “despossessão do eu”. Portanto, é possível aproximar essa noção do conceito de “zonas do não-ser”, presente no livro *Peles negras, máscaras brancas* (1952): A Palestina, e Gaza mais fortemente, é marginalizada àquilo que Fanon (1952) chama de “zona do não-ser”, ou seja, um espaço fora do direito, da cidadania, da representação, da humanidade plena. Essa impossibilidade de existência autônoma é a essência dessa zona.

Além disso, Fanon enfatiza que a alienação colonial é imposta, antes de tudo, economicamente, sendo internalizada pelo sujeito por meio de um processo que ele denomina de “epidermalização” da inferioridade: “*If there is an inferiority complex, it is the outcome of a double process: primarily, economic; subsequently, the internalization or, better, the ‘epidermalization’ – of this inferiority*” (FANON, 1952, p. 11). Nesse sentido, os impactos sobre a saúde mental da população palestina não são apenas reflexos de um contexto de guerra, mas expressão direta de uma lógica colonial que atua sobre o corpo e a mente, produzindo sofrimento como instrumento de dominação.

Dessa forma, evidencia-se que a violência psicológica que decorre da ocupação israelense é devastadora, e seus efeitos sobre a saúde mental dos palestinos são documentados, apesar dos desafios para pesquisa em meio ao controle territorial. Estudos indicam que a

maioria da população em Gaza vive um sofrimento psíquico significativo, com níveis elevados de ansiedade, estresse e depressão. O bloqueio imposto à Faixa de Gaza há mais de 17 anos, somado à ocupação prolongada, compromete severamente a qualidade de vida e tem consequências diretas sobre a saúde mental coletiva. De acordo com a *Oxfam International* (2024), mais de um milhão de pessoas em Gaza vivem em insegurança alimentar, mesmo com a presença de ajuda humanitária. A taxa de pobreza aumentou drasticamente, passando de 38,8% em 2011 para 53% em 2017, sendo que mais de dois terços da população vive com menos de 3,6 dólares por dia (HAIM & PACE, 2021).

Essas condições extremas também podem ser analisadas à luz da teoria de Judith Butler sobre a sujeição. Em *The Psychic Life of Power*, Butler (1997) argumenta que o sujeito é constituído por uma relação paradoxal com o poder: ao mesmo tempo em que é subordinado por ele, também se forma e adquire agência por meio dessa mesma estrutura de dominação. O poder, inicialmente percebido como externo, torna-se internalizado, moldando a psique e a identidade do sujeito. No contexto palestino, essa lógica se revela na interiorização dos efeitos da ocupação: a experiência constante de desvalorização, precariedade e exclusão se torna parte da constituição subjetiva.

A saúde mental deteriorada dos palestinos, marcada por sentimentos de desamparo, perda e sofrimento prolongado, pode ser compreendida como manifestação psíquica do que Butler (1997) chama de "melancolia estrutural": um estado de luto não realizado, uma dor que não pode ser simbolicamente elaborada, pois a perda — da soberania, da terra, da dignidade — nunca é plenamente reconhecida. Assim, a sujeição colonial opera não apenas pela imposição física da ocupação, mas pela constituição de um sujeito que, ao mesmo tempo que é oprimido, depende do poder que o opõe para afirmar sua própria existência

Esse processo produz uma forma de subjetividade ambivalente, na qual o sujeito colonizado se vê obrigado a buscar reconhecimento dentro de uma estrutura que o nega continuamente. Como afirma Butler (1997) esse movimento leva o sujeito a tornar-se outro para si mesmo, marcado por uma cisão interna que se expressa em estados de sofrimento psíquico, luto não resolvido e vulnerabilidade crônica. No caso palestino, tais manifestações não são desvios individuais, mas reflexos de uma estrutura política de dominação que atua diretamente sobre a constituição subjetiva. Butler escreve:

Bound to seek recognition of its own existence in categories, terms, and names that are not of its own making, the subject seeks the sign of its own existence outside itself, in a discourse that is at once dominant and indifferent. Social categories signify subordination and existence at once. In other words, within subjection the price of existence is subordination. (Butler, 1997, p. 212).

Além disso, cronicidade e a dimensão coletiva do trauma em Gaza são explicadas pela análise de Butler sobre a internalização da perda. Logo no início de sua obra “*Vida precária: Os poderes do luto e da violência*” (2019): ela questiona: “*quem conta como humano? Quais vidas contam como vidas? E, finalmente, o que concede a uma vida ser passível de luto?*” (BUTLER, 2019, p. 33). Assim, a violência estrutural imposta pela ocupação transforma a perda em um luto impossível, pois o dano é de tal magnitude que impossibilita o ritual social de aceitação da ausência. A negação do luto é, na Palestina e sobretudo em Gaza, uma violência política ativa e deliberada. Essa dimensão existencial e comunitária da perda é crucial: a identidade do sujeito palestino não é uma entidade isolada, mas é constituída pelos laços com os entes queridos, o lugar (a terra) e a comunidade. A perda, portanto, não se restringe à morte individual ou à destruição material, mas atinge a própria estrutura do ser. Ao perderem pessoas, serem desapossados de seus lares e terem suas comunidades erradicadas, os palestinos se deparam com um sofrimento que extrapola o luto tradicional. Nesse cenário de violência permanente, o luto não é um processo temporário que culmina na restauração de uma ordem anterior, pois a perda de laços essenciais e constitutivos leva à condição de se tornar inescrutável para si mesmo, onde o sujeito, ao lamentar o “Outro” perdido, percebe que o seu próprio “Eu” também desapareceu (BUTLER, 2019). A negação do direito à sepultura e a impossibilidade de realizar os ritos funerários demonstram essa interrupção política do processo de luto. O sofrimento torna-se, assim, crônico e coletivo porque o processo de luto é sabotado em sua etapa mais básica, levando à melancolia social (BUTLER, 1997), onde a perda é incorporada e internalizada na psique. A crise de saúde mental é a evidência de que a negação política externa se converteu em uma dor que define a própria constituição do sujeito sob ocupação. Butler analisa:

Muitas pessoas pensam que o luto é privado, que nos isola em uma situação solitária e é, nesse sentido, despolitzante. Acredito, no entanto, que o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar sobre dependência fundamental e a responsabilidade ética. Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o “nós” é atravessado por uma relationalidade que não podemos facilmente argumentar contra; ou melhor, podemos argumentar contra, mas estariam negando algo fundamental sobre as condições sociais da nossa própria formação. (BUTLER, 2019, p. 35)

Ademais, estudos têm abordado os impactos psicológicos da ocupação, mas poucos oferecem uma análise integrada dos fatores históricos, políticos e psicossociais que afetam a saúde mental da população palestina. Barber et al. (2014) apontam que a ocupação israelense impossibilita o desenvolvimento de uma vida civil normal, contribuindo para um estado de

medo crônico diante de ataques, bombardeios e prisões arbitrárias — fatores que produzem efeitos psíquicos devastadores. Muitos participantes do estudo relataram sentir-se como "não seres humanos", tendo suas identidades e dignidade constantemente violadas. Essa percepção de "não ser" remete diretamente à desumanização analisada por Fanon, segundo a qual o colonizado é reduzido à condição de objeto, negado em sua humanidade e agência — um estado que confirma a tese de negação existencial do povo palestino estabelecida por Said (2001).

Reforçando a crítica ao modelo TEPT, outros estudos destacam a centralidade da privação material e da insegurança cotidiana na deterioração da saúde mental. McNeely et al. (2014) demonstram que a insegurança relacionada ao desemprego e à falta de recursos básicos está fortemente associada a níveis elevados de depressão, estresse pós-traumático e dificuldades no funcionamento diário. Esses dados são cruciais, pois indicam que as formas estruturais de violência — como o bloqueio econômico e a restrição de mobilidade — produzem impactos psicológicos mais duradouros e generalizados do que a violência armada isolada. Hammad & Tribe (2020) corroboram esse panorama, destacando que as restrições econômicas nos Territórios Palestinos Ocupados (TPOs) são fatores centrais no comprometimento do bem-estar psíquico, dialogando com a teoria fanoniana mencionada no capítulo 2 de que a alienação colonial é imposta, antes de tudo, economicamente e é posteriormente internalizada pelo sujeito pelo processo de epidermalização da inferioridade (FANON, 1961).

Outro aspecto recorrente na literatura é o agravamento do sofrimento mental em função do cerceamento da liberdade e da exclusão social, elementos estruturantes do regime de ocupação. Estudos como os de Abu-Rmeileh et al. (2012) e Bseiso & Thabet (2017) revelam que a sensação de confinamento é alarmante e predominante entre os palestinos de Gaza, com 88% dos participantes de uma pesquisa afirmando sentir-se vivendo em uma “grande prisão”. Essa condição de aprisionamento, intensificada pelas restrições de deslocamento e pelo bloqueio contínuo, contribui para o aumento de sintomas como estresse crônico, ansiedade e depressão. A perda de agência subjetiva que acompanha essa vivência pode ser entendida, à luz de Butler, como uma forma de sujeição melancólica, na qual, devido à violência política da negação (BUTLER, 1997), o sujeito é impedido de elaborar simbolicamente sua condição e de afirmar sua autonomia, configurando o luto impossível que sustenta a cronicidade do trauma colonial (BUTLER, 2019).

Apesar do crescente volume de pesquisas sobre os impactos da ocupação israelense, ainda há uma lacuna importante no que se refere à investigação do sofrimento psicológico específico da população de Gaza. O bloqueio militar e as severas restrições ao acesso tornam a presença de pesquisadores na região extremamente limitada, dificultando a produção de

conhecimento aprofundado sobre as consequências psíquicas dessa experiência colonial. Contudo, essa limitação metodológica não deve ser lida apenas como um obstáculo à pesquisa, mas como uma manifestação direta da violência colonial estrutural: ao impedir o acesso e, consequentemente, a produção de dados independentes, o regime de ocupação reforça o apagamento da experiência palestina. Essa obstrução ao conhecimento é um mecanismo de negação que sabota o reconhecimento acadêmico e internacional do trauma colonial, prolongando a invisibilidade política do sofrimento e perpetuando o ciclo de sofrimento e violência colonial.

Conclusão

A presente pesquisa buscou descolonizar a análise do trauma ao investigar o sofrimento mental crônico e massivo na Faixa de Gaza. Partindo da insuficiência das categorias clínicas tradicionais, para compreender o impacto de um contexto de colonialismo de assentamento permanente, foi reforçada ao longo do trabalho a tese de que o sofrimento psicossocial palestino constitui uma patologia política. Este fenômeno é mais adequadamente compreendido sob a lente do *trauma colonial*, conceito que desloca o foco analítico do evento traumático singular para a condição estrutural e contínua da violência que define a experiência palestina.

Dessa forma, durante o desenvolvimento da pesquisa estabeleceu-se que a origem do trauma é intrinsecamente política, fundamentada na negação existencial imposta pelo regime colonial. Essa negação, estudada inicialmente por Edward Said (2001), é o alicerce sobre o qual se constrói a violência estrutural: ela não é intermitente, mas sim onipresente, manifestando-se no bloqueio militar, no cerceamento da mobilidade, na exclusão econômica e na profanação dos espaços de luto. Nesse cenário, a mobilização e articulação teórica foi crucial. O pensamento de Frantz Fanon forneceu a base para pensar patologia estrutural, demonstrando que a violência colonial força a população a habitar uma “zona do não-ser”, onde o sofrimento psíquico é inevitavelmente corporificado e alienante. A dor do palestino, nesse contexto, não é apenas reação, mas a própria manifestação da estrutura de poder que o opõe.

A compreensão da cronicidade desse sofrimento exigiu a complementação de Judith Butler e a análise da autora sobre a melancolia social permitiu elaborar como a violência estrutural é internalizada. Em Gaza, a perda contínua e irresolúvel – de vidas, de terra, de lares e de agência subjetiva – impede o ritual político e social do luto. O cerceamento dos ritos fúnebres e o apagamento contínuo da comunidade resultam em um luto impossível, onde o sofrimento se torna crônico e coletivo. A dor não é elaborada; ela se incorpora na psique da

população, transformando a crise de saúde mental em evidência empírica da negação política. O aprisionamento geográfico e a sensação de confinamento, apontados pelos dados empíricos, são, portanto, a prova de que a patologização é o resultado direto do processo de sujeição.

A aplicação do conceito de trauma colonial ao estudo de caso da Faixa de Gaza demonstrou a urgência em descolonizar as narrativas hegemônicas. Os dados sobre a alta prevalência de TEPT, ansiedade e depressão foram considerados prova de que esse contexto político produz patologia. Ao desafiar o foco individualizante do modelo TEPT, a pesquisa insiste que a crise de saúde mental é, fundamentalmente, uma questão de direitos humanos internacionais. A irresolução imposta sobre a dor coletiva, aliada à dificuldade metodológica de acesso e à produção de dados, constitui um mecanismo ativo de apagamento que visa manter o trauma na esfera da invisibilidade política. Este é um mecanismo de negação existencial que impede o reconhecimento e, consequentemente, a reparação.

As conclusões desse Trabalho de Conclusão de Curso, portanto, reforçam a psique do sujeito colonizado como um território de análise política. O trauma colonial obriga o campo a ir além da análise de conflitos focados em "eventos" e a incorporar o estudo da violência estrutural contínua como inerente aos regimes de ocupação. Fica evidente que a solução para a crise de saúde mental palestina não é primariamente clínica, mas sim política. Não se trata apenas de ajuda humanitária ou da reconstrução do hospital psiquiátrico de Gaza, mas de desmantelar as estruturas de ocupação e negação existencial que produzem o trauma em sua raiz.

Embora a violência seja massiva, a insistência palestina em manter sua identidade, em buscar o direito de retorno e em resistir ao apagamento manifesta a agência e a resistência política desse povo. A história do sofrimento palestino, conforme a citação de José Saramago que precede o trabalho, deve ser lida como um monumento à urgência de reconhecer a humanidade e a soberania negadas, e como um imperativo para a ação no cenário internacional.

Referências Bibliográficas:

ABU-RMEILEH, Niveen M. E. et al. Health-related quality of life and lifestyle behaviours among Palestinian adolescents in the West Bank. *BMC Public Health*, v. 12, n. 1, p. 1–9, 2012.

ANDERMAHR, Sonya. “Decolonizing Trauma Studies: Trauma and Postcolonialism”. *Humanities*, 2015.

BARBER, Brian K. et al. The experience of Palestinian youth living under occupation. *International Journal of Behavioral Development*, v. 38, n. 4, p. 322–336, 2014.

BDIER, D.; VERONESE, G.; MAHAMID, F. Quality of life and mental health outcomes: the role of sociodemographic factors in the Palestinian context. *Scientific Reports*, v. 13, 16422, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-023-43293-6>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BSEISO, Shadi; THABET, Abdelaziz A. M. Post-Traumatic Stress Disorder, Depression and Anxiety Among University Students in Gaza. *Arabpsynet Journal*, v. 45, p. 15–25, 2017.

BUTLER, Judith. *The Psychic Life of Power: Theories in Subjection*. Stanford: Stanford University Press, 1997.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

CRAPS, Stef. *Postcolonial Literary Studies and the Trauma Debate*. New York: Cambridge University Press, 2013.

DEUS, Flávio Rocha de. *Sim, Fanon, novamente, no Brasil, principalmente: Pele negra, máscaras brancas* (2020). Anãnsi: Revista de Filosofia, v. 1, n. 2, p. 243–247, 2020.

EDKINS, Jenny. *Trauma and the Memory of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

(Original: *Peau noire, masques blancs*. Paris: Éditions du Seuil, 1952.)

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de António Guerreiro. Lisboa: Letra Livre, 2021.

(Original: *Les damnés de la terre*. Paris: François Maspero, 1961.)

FILHO, G. B. G. O. A atualidade de “Os Condenados da Terra” de Frantz Fanon. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 2, n. 2, p. 830-832, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p830>

GOLDMAN, Elisa. Intertwined histories and overlapping territories: Dialogues between Edward W. Said and Frantz Fanon. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 296–321, 2021. DOI: 10.5216/rth.v23i2.65274. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/65274>. Acesso em: 8 mar. 2025.

HAIM, Dotan; PACE, Michelle. Palestinians in Gaza: Economy, Mental Health and Resilience. *Middle East Journal*, v. 75, n. 1, p. 23–45, 2021.

HAMMAD, Wafa; TRIBE, Rachel. Negotiating identity and belonging among Palestinian refugees in the UK. *Journal of Refugee Studies*, v. 33, n. 1, p. 45–65, 2020. DOI: 10.1080/09540261.2020.1741257. Acesso em: 21 mar. 2025.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

- LLOYD, David. Settler Colonialism and the State of Exception: The Example of Palestine/Israel. *Settler Colonial Studies*, v. 2, n. 1, p. 59–80, 2012.
- MARIE, M.; SAADADEEN, S. Mental health consequences of home demolition policy toward Palestinians: Literature review. *International Journal of Mental Health Systems*, v. 15, 51, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s13033-021-00472-0>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- MCNEELY, Clea A. et al. Economic and political contexts and the mental health of Palestinian children and adolescents. *Global Public Health*, v. 9, n. 5, p. 542–556, 2014.
- NASSAR, Jamal R. The Culture of Resistance: The 1967 War in the Context of the Palestinian Struggle. *Arab Studies Quarterly*, [s.l.], v. 19, n. 3, p. 77-98, Summer 1997.
- OXFAM INTERNATIONAL. *Gaza: A grave humanitarian crisis under siege*. Oxford: Oxfam, 2024. Disponível em: <https://www.oxfam.org>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- OXFAM. Timeline: The humanitarian impact of the Gaza blockade. 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/occupied-palestinian-territory-and-israel/timeline-humanitarian-impact-gaza-blockade>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- PACE, M.; YACOBI, H. Settler Colonialism (Without Settlers) and Slow Violence in the Gaza Strip. *Partecipazione e Conflitto*, v. 14, n. 3, p. 1221–1237, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1285/i20356609v14i3p1221>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- ROY, Sara. The Gaza Strip: Critical Effects of the Occupation. *Arab Studies Quarterly*, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 59-103, Winter 1988.
- SAID, Edward W. *A Questão da Palestina*. São Paulo: Editora Unesp, 2ª edição.
- SACCOL, Mauro. *Alienation and violence: Frantz Fanon and the Israeli-Palestinian Conflict*. Malala – Revista Internacional de Estudos sobre o Oriente Médio e Mundo Muçulmano, v. 3, n. 4, p. 75–92, 2015. DOI: 10.11606/issn.2446-5240.malala.2015.101772.
- SALAMANCA, Omar et al. Past Is Present: Settler Colonialism in Palestine. *Settler Colonial Studies*, v. 2, n. 1, p. 1–8, 2012.
- SHAHEEN, Amira A.; ASHOUR, Yara; JOMA, Amjad; ABUZERR, Samer. Repercussions of the destruction of Gaza's sole psychiatric hospital. *Eastern Mediterranean Health Journal*, v. 31, n. 2, p. 79–80, 2025. Disponível em: <https://www.emro.who.int/emhj-volume-31-2025/volume-31-issue-2/repercussions-of-the-destruction-of-gazas-sole-psychiatric-hospital.html>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- SHIHADE, Magid. Not Just a Picnic: Settler Colonialism, Mobility, and Identity among Palestinians in Israel. *Biography*, Honolulu, v. 37, n. 2, p. 451-473, Spring 2014. DOI: 10.1353/bio.2014.0016.
- SILVA, Lucas. A duplidade do assujeitamento. *Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 54, n. 1, p. 157–185, 2023. DOI: 10.36517/rcs.54.1.a02. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/71933>. Acesso em: 7 nov. 2025.

VISSEUR, Irene. Decolonizing Trauma Theory: Retrospect and Prospects. *Humanities*, Basel, v. 4, n. 2, p. 250-265, jun. 2015. DOI: 10.3390/h4020250.